

---

## O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO AMAPÁ E SUAS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS COM A GUIANA FRANCESA ATRAVÉS DA BR 156

*THE REGIONAL DEVELOPMENT OF AMAPÁ AND ITS BORDER RELATIONS WITH FRENCH GUIANA THROUGH THE BR 156*

94

**Júlio César Lima da Silva**

Tecnólogo em Comércio Exterior – IFAP

[julcezarjc@gmail.com](mailto:julcezarjc@gmail.com)

**Valquíria Railane Gomes Gama**

Tecnólogo em Comércio Exterior – IFAP

[railaneeloize@gmail.com](mailto:railaneeloize@gmail.com)

**Tiago Idelfonso e Silva Pedrada**

Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFAP).

Docente do Instituto Federal do Amapá - Campus Santana.

[tiago.pedrada@ifap.edu.br](mailto:tiago.pedrada@ifap.edu.br)

---

### Resumo

O presente artigo se dedica a apresentar as relações entre o estado do Amapá (BR) e a Guiana Francesa (Departamento Ultramarino Francês), espaços que se assemelham por se tratar de regiões periféricas e de fronteira. Os dois territórios são interligados pelo corredor rodoviário da BR 156 e pela ponte binacional, o que gera uma maior integração e que pode influenciar no desenvolvimento do estado do Amapá. Desta forma, a dúvida que norteou essa pesquisa foi "como o corredor rodoviário da BR 156 influencia o desenvolvimento regional do estado do Amapá (Brasil) e suas relações de integração com a Guiana Francesa (França)?" Em vista disso, levantou-se a seguinte hipótese: O corredor rodoviário da BR 156 possui pouca influência no desenvolvimento regional do estado do Amapá (Brasil) e nas suas relações de integração com a Guiana Francesa (França). A abordagem metodológica foi de ordem qualitativa e quantitativa, além disso, é também descritiva, exploratória, explicativa e comparativa. A partir disso, como discussão teórica, foram relacionados os objetivos específicos, sendo estes, caracterizar as duas regiões, apresentar conceitos sobre desenvolvimento regional, estudos de fronteiras, e as relações comerciais entre regiões periféricas, e por fim apresentar a influência do corredor rodoviário da BR 156 na integração entre o estado do Amapá (Brasil) com a Guiana Francesa (França).

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Integração; Amapá; Guiana Francesa.

### Abstract

This article is dedicated to presenting the relationships between the state of Amapá (BR) and French Guiana (French Overseas Department), similar spaces because both are outskirts and frontiers areas. Connected each other by BR 156 road corridor and binational bridge, bringing higher integration that can influence the development of state Amapá. This way, the doubt that guide this research was "how the BR 156 road corridor influences the regional development and the integration relationship between state of Amapá (Brazil) and French Guiana (France)?" As result of that, the following hypothesis was raised: the BR 156

road corridor has few influence on the regional development and the integration relationship between state of Amapá (Brazil) and French Guiana (France). The methodological approach was qualitative and quantitative, and is also descriptive, exploratory, explanatory and comparative. Based on that, as a theoretical discussion, the specific objectives were related, being these, to characterize the two regions, present concepts about regional development, border studies, and commercial relations between peripheral regions, and finally present the influence of the BR 156 road corridor in the integration between the state of Amapá (Brazil) with French Guiana (France).

*Keywords:* Regional Development; Integration; Amapá; French Guiana.

---

## **INTRODUÇÃO**

A região norte do Brasil possui sua história marcada por grandes planos e projetos voltados para o seu desenvolvimento. Prosperidade, ambição e poder sempre nortearam a maioria das estratégias capitalistas com um discurso, na maioria das vezes, pautado por narrativas que induzem ao pensamento de enxergar na região um espaço de miséria e violência. Inclusive, sobre isso, a Amazônia é vista como sendo um inferno verde, ou seja, ao mesmo tempo de ser paradisíaca, o seu espaço possui uma magia que contrasta com as ideias de crescimento (Messina, 2016).

Acker (2014), na obra intitulada “O maior incêndio do planeta: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia legal em uma arena política global”, explica que a ideia e a ação de trazer grandes projetos para a Amazônia corre o risco de despertar vozes do nacionalismo brasileiro e desdobrar em protestos contra alguns grandes projetos de desenvolvimento. Nos anos de ditadura essa realidade foi vivenciada por muito tempo. Hoje, o que se percebe é que essas ideias estão acompanhadas de grandes projetos, mas com enfoques também em pensamentos sustentáveis e de assistencialismos para a região, que ainda é enxergada como atrasada.

Dessa forma, levando em consideração algumas teorias sobre medidas adotadas para o desenvolvimento e crescimento de políticas voltadas para a Amazônia (e de suas pequenas cidades), este artigo tem como objetivo analisar a integração entre o estado do Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa (França), levando em consideração as dinâmicas encontradas na construção do planejamento do desenvolvimento desses lugares, confrontando teorias que fundamentam o entendimento a respeito dos principais planos nacionais de integração entre os países sul-americanos e alternativas para os estados que estão na faixa de fronteira, como é o caso do Amapá. Estudar esses aspectos confirma que regiões periféricas possuem políticas fracas voltadas para o planejamento da região, mas, se essas regiões estiverem em zonas de fronteiras, o cenário pode mudar.

Para isso, a abordagem teórica se desdobra em apresentar as características do estado do Amapá e da Guiana Francesa e os elementos internos que fazem parte desses territórios. No estado do Amapá, por exemplo, a categoria “corredor transfronteiriço” tem sido utilizada como elemento interno para dar entendimento a conectividade rodoviária que interliga fronteiras territoriais, como no caso do estado do Amapá com a Guiana Francesa (Tostes & Ferreira, 2016).

Neste sentido, a pergunta que norteou essa pesquisa traz como dúvida “como o corredor rodoviário da BR 156 influencia o desenvolvimento regional do estado do Amapá (Brasil) e suas relações de integração com a Guiana Francesa (França)?”. Estima-se que a principal contribuição acerca da análise de como corredor rodoviário da BR 156 influencia o desenvolvimento regional do estado do Amapá (Brasil) e suas relações de integração com a Guiana Francesa (França), envolve a seguinte hipótese: O corredor rodoviário da BR 156 possui pouca influência no desenvolvimento regional do estado do Amapá (Brasil) e nas suas relações de integração com a Guiana Francesa (França).

Para este artigo, buscou-se como discussão teórica relacionar alguns objetivos específicos, tais como dimensionar (física e teórica) as duas regiões em questão; apresentar os conceitos que versam sobre desenvolvimento regional, estudos de fronteira e as relações comerciais encontradas em regiões periféricas e, por fim, apresentar a influência do corredor rodoviário da BR 156 na integração entre o estado do Amapá (Brasil) com a Guiana Francesa (França).

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Caracterização das áreas objetos de estudo**

O estado do Amapá (BR) e a Guiana Francesa (Departamento Francês do Ultramar), estão situados na América do Sul e fazem parte do Platô das Guianas, juntamente com Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela. Esses territórios possuem vários pontos em comum, sendo o primeiro a continuidade do seu meio natural, a fronteira que existe entre ambos (Beaudouin et al., 2011).

De acordo com o Decreto-lei nº 5.812, no governo do presidente Getúlio Vargas, no dia 13 de setembro de 1943, o Território Federal do Amapá, desliga-se do estado do Pará, passando a ter autonomia política e independência econômica. Nesta época o Amapá possuía apenas 3 municípios: Macapá, Mazagão e Amapá. Em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira o Amapá se torna Estado e atualmente possui 16 municípios, tendo como capital o município de Macapá (Amapá, 2021).

Segundo Beaudouin et al. (2011), o estado do Amapá é considerado o estado brasileiro mais preservado, possuindo 90% de sua área florestal intacta e com mais de 70% de sua área protegido. Conforme Carvalho (2010), o território amapaense possui uma área de extensão de 142.470,762 km<sup>2</sup>, compreendendo 1,7% do território, sendo assim, um dos menores estados do Brasil. O referido estado está localizado na região norte, umas das regiões menos desenvolvidas do país.

Segundo dados da Secretaria de Estado e Planejamento (SEPLAN), juntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB do estado do Amapá foi de 17,50 bilhões em 2019, neste mesmo ano sua participação na economia nacional foi de 0,2%. O estado possui uma população estimada de 877.613 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,708, ocupando a 12ª posição comparado a outros estados (IBGE, 2010).

Tratando-se da sua posição geográfica, o estado do Amapá possui como fator diferenciado dos outros estados, principalmente por facilitar a fluidez dos seus produtos no continente sul-americano, expandido para a Europa e Ásia. Porto e Silva (2010), explicam que um exemplo claro e destacável foi a exploração de manganês que perdurou de 1957 a 1997.

Para Tostes e Ferreira (2016), o Amapá tem baixa relevância econômica para o Brasil. Tendo em vista, Beaudouin et al. (2011) explicam a forte dependência do funcionalismo público na economia do estado. O estado também se depara com um obstáculo natural na integração terrestre com o restante do país, tornando-se assim uma região isolada. Apesar disso, possui um excelente potencial hídrico, se diferenciando inclusive das demais capitais industrializadas localizadas no sudeste do Brasil (Abrantes, 2010).

Além do potencial hídrico, o estado do Amapá possui um porto localizado no município de Santana, com um calado um pouco menor do que o do Porto de Santos, localizado em São Paulo. (Tostes & Ferreira, 2016). Porto (2010) comenta, inclusive, que o Amapá possui uma configuração peculiar, pois além de estar situado em um espaço amazônico, ele possui um forte apelo geopolítico, econômico e militar com o discurso de defesa nacional.

Levando em consideração os argumentos de Tostes e Ferreira (2016) e Porto (2010) e o demais autores citados acima, entende-se que o estado do Amapá mesmo sendo uma região periférica é dotado de características favoráveis ao desenvolvimento econômico, como vantagens em sua localização estratégica e sua rede hidroviária diferenciada, que podem possibilitar avanços na economia do estado. No entanto, ainda há atrasos em relação à infraestrutura, redes rodoviárias não terminadas e precárias, falta de uma economia diversificada e o estado sofre com

a ausência de políticas eficazes, que dificultam ainda mais o desenvolvimento econômico e social do território amapaense.

Segundo Duarte (2016), a Guiana Francesa (Departamento Francês do Ultramar), por sua vez, está localizada na América do Sul com uma área de extensão de 84.000 km<sup>2</sup>, fazendo dela, a maior região francesa. Sua moeda oficial é o euro (EUR), tendo como capital, Caiena que está situada na parte norte do território. Fauré (2011), por sua vez, salienta que mais de 90% do território está ocupado por uma floresta equatorial e preservada. O referido território possui fronteira com o Suriname, Brasil e Oceano Atlântico e sua a única divisa com o Brasil é o rio Oiapoque. Além disso, é ligada ao território brasileiro através da ponte binacional (Tostes & Ferreira, 2016).

De acordo com Tostes e Ferreira (2016), o Departamento Ultramarino Francês é constituído por 22 cidades e vilas. A região em 2019 apresentava uma população estimada de 281.678 habitantes, demonstrando um crescimento populacional elevado de 2,4 % ao ano, ou seja, um aumento de 6.260 habitantes a cada ano. Este crescimento é devido principalmente por uma elevada taxa de natalidade e uma baixa taxa de mortalidade.

Na cidade de Caiena é onde está a maior parte dessa população. É um território dotado de etnias diferentes como crioulos, ameríndios, franceses metropolitanos, entre outros. Ressaltando ainda, que a Guiana Francesa recebe muitos imigrantes de países vizinhos, como Suriname, Brasil e Haiti. No que se refere aos fatores econômicos e sociais, o Produto Interno Bruto (PIB) da Guiana Francesa em 2020 foi de 4,4 bilhões de euros, com uma queda de 2,7% em volume comparado ao ano de 2019 e o PIB per capita eleva-se a 15.260 euros constantes, conforme dados do Institut National de la Statistique e des Études Économic (INSEE).

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2021) o IDH foi de 0,714, sendo então notório a existência de grandes desigualdades sociais no padrão de vida da população que vive na região. Em 2017, um a cada dois habitantes vive abaixo da linha da pobreza, tendo como principal renda prestações sociais, mesmo havendo crescimento econômico ainda assim não é o suficiente para o elevado crescimento demográfico existente neste território (INSEE, 2017).

Dependendo demasiadamente de contratos públicos, o território guianense contém uma economia de pequeno porte, onde 80% dos valores destas vem de atividades, sendo 44% atividades comerciais, 9% da indústria e 7,5% construção. O centro espacial de Kourou é um dos pilares da economia da Guiana Francesa, e outras atividades como por exemplo as indústrias de madeira, pescado, representam apoio à produtividade dessa região (INSEE, 2017).

Tostes e Ferreira (2016), explicam que assim como o estado do Amapá, o território guianense também possui áreas portuárias com localizações estratégicas, no entanto, o calado do porto existente no município de Santana é maior do que os dos portos da Guiana Francesa. Logo, essa característica impossibilita a chegada de navios de grande porte à esses portos.

O Departamento Ultramarino Francês é tido como um território isolado, considerando o fato de ser uma região de fronteira, sendo assim, uma região periférica. Outro fator que denota isolamento é o fato do poder central está afastado do território, ou seja, afastado da França, e por possuir uma circulação deficitária, de acordo com Beaudouin et al. (2011).

Mesmo com o isolamento natural da Guiana Francesa, Fauré (2011) explica que tal território merece destaque dentro de uma reflexão voltada para a economia em regiões periféricas. O autor explica o seguinte:

Esse território, pedaço da Europa na América do Sul, apresenta as características que justificam seu destaque em uma reflexão dedicada às economias periféricas. Em princípio, trata-se de uma região situada a mais de 7.000 km das autoridades e administrações centrais. A sua trajetória histórica e a sua localização geográfica conduziram, por muito tempo, à sua relativa marginalização, notadamente se comparada com as evoluções mais favoráveis que conheceram as ilhas das Antilhas francesas vizinhas (Guadalupe e Martinica). Durante muito tempo prisioneira do seu estatuto de colônia, então diretamente comandada e gerida pelo aparelho administrativo do Estado central francês, a Guiana foi apenas recentemente reconhecida na sua identidade própria, transfonada e organizada em coletividade pública descentralizada (Fauré, 2011 p. 22).

Ou seja, o autor chama atenção para a chance que o território guianense tem de aproveitar esse fator, de estar situado à ultra periferia do poder central seu país, para se desenvolver economicamente, como região periférica. Por outro lado, o fato de a Guiana estar a mais de 7 mil km afastada de Paris, fazendo com que as relações econômicas de mercado com a França sejam onerosas.

Em vista dos fatos mencionados, entende-se que a Guiana Francesa tem características semelhantes ao do estado do Amapá, e ainda que seja uma região periférica que tem baixa relevância econômica para a França, possui grandes potencialidades, sendo uma delas o fato de ser um território com fronteiras importantes, que permitem a integração com países sul-americanos.

### **BR 156 e os fatores que influenciam a mesorregião norte do estado do Amapá**

A mesorregião norte do estado do Amapá é constituída por cinco municípios, sendo eles Amapá, Calçoene, Pracuúba, Tartarugalzinho e Oiapoque. Das cidades mencionadas anteriormente, apenas o município de Tartarugalzinho não faz parte da zona de fronteira do

estado. Esses municípios encontram-se interligados pelo corredor rodoviário da BR 156, de acordo com Tostes (2017).

Nesse contexto, Pedrada (2021) destaca, que a cidade de Oiapoque possui uma característica que o difere dos outros municípios da mesorregião norte em relação a BR 156. A diferença destacada é o fato desse município apresentar uma fronteira com a Guiana Francesa (Departamento Ultramarino Francês), território este que está localizado no outro lado do rio Oiapoque. Então, considerando essa característica, nota-se que a Rodovia federal BR 156 interliga o Brasil a Guiana Francesa, situação essa que se denota como um corredor transfronteiriço.

Há de se considerar então, que a rodovia federal BR 156 é de grande importância para o acesso à essas regiões e para as atividades econômicas encontradas nessas cidades, ou seja, para o desenvolvimento social econômico para esses municípios que estão localizados na mesorregião norte do estado do Amapá. Em relação a fronteira de Oiapoque com Guiana Francesa, nota-se a possibilidade de integração entre o Brasil e a União Europeia.

Outro aspecto a ser abordado, são as áreas protegidas que estão presentes na mesorregião norte, tendo em vista que o estado do Amapá é um dos mais preservados em florestas e possui mais de 70% de sua área protegida, como unidades de conservação (UC) e territórios indígenas (TI), ressaltando que essas áreas protegidas estão localizadas em maior parte na zona de fronteira do estado, explica Pedrada (2021).

De acordo com Assunção (2015), em relação às terras indígenas são encontradas no Amapá variadas etnias e mais 40 aldeias. Sendo elas: Galibi Marworno, Galibi do Oiapoque, Karipuna, Palikur, Tiriyó, Kaxuyana, Wayana, Apalaí e Waiãpi, que encontram-se concentradas em Laranjal do Jari, Oiapoque e nas Montanhas do Tumucumaque. Nesse sentido, Pedrada (2021) afirma, que no que refere aos habitantes indígenas encontrados no Parque do Tumucumaque, este estão em sua maioria no município de Oiapoque. Evidenciando ainda, que essas terras indígenas são protegidas pelo governo federal e pelo estado.

Ainda sobre áreas protegidas, são encontradas no estado do Amapá 12 unidades de conservação (UCS), dentre elas o Parque Nacional do Cabo Orange e Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, que fazem parte das áreas protegidas dos municípios de Calçoene e Oiapoque. Essas duas unidades de conservação constituem 31,26% do território do Amapá. E rodovia BR 156 é fundamental para chegar até essas áreas, segundo Pedrada (2021). Logo, não há dúvidas que o Amapá possui grande parte do seu território atribuídos às unidades de conservação e terras indígenas.

No que está relacionado à turismo na mesorregião norte, o município de Calçoene tem grandes potencialidades, no entanto, encontra dificuldades nesse quesito, por conta das áreas protegidas existentes na região. Por este motivo somente a Praia do Goiabal é utilizada para atividades turística. Nos municípios de Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho são encontradas balneários, cachoeiras, festividades religiosas, entre outros. Já o município de Oiapoque se torna uma região de turismo bem atrativa, pois possui diversos balneários, além da fronteira com a Guiana Francesa e a Ponte Binacional (Pedrada, 2021).

Tendo em vista esses aspectos, nota-se o potencial para atividades turísticas que os municípios da mesorregião norte do estado do Amapá possuem. Embora, ainda seja necessário políticas públicas que invistam nesse setor, que ainda se encontra enfraquecido no estado do Amapá. Levando em consideração, que o turismo poderá contribuir para melhorar o desenvolvimento econômico dessas regiões.

Em última análise, dentre os fatores que influenciam a mesorregião norte, é relevante apresentar a Ponte Binacional. Sendo inaugurada no dia 18 de março de 2017, que se encontra localizada sobre o Rio Oiapoque. Essa obra foi idealizada entre o Brasil e a França, com intuito de fomentar o desenvolvimento econômico na fronteira entre ambos, integrando esses dois países, possibilitando relações comerciais (Amapá, 2017).

Atualmente, diferente do que foi idealizado para a Ponte Binacional, pode-se notar que ainda há atrasos por parte do território brasileiro, principalmente em infraestrutura. A exemplo disso, Pedrada (2021) cita o corredor da BR 156 que ainda não se encontra totalmente concluído e o entorno da Ponte Binacional. Diante disso, é notório que ainda há muitos fatores a serem resolvidos, para que realmente essa integração entre países possa beneficiar ambas as regiões.

### **Desenvolvimento Regional em regiões periféricas: interações encontradas entre Amapá e Guiana Francesa**

Após a caracterização das regiões objetos de estudo, essa sessão do artigo se propõe a apresentar a conceituação de desenvolvimento regional. Para isso, é importante analisar e descrever tal conceito desde o pensamento clássico para, assim, compreender como o estudo de espaço e região, se tornou importante para o entendimento do conceito de desenvolvimento regional.

De acordo com Corrêa et al. (2009), os pensadores clássicos determinavam o crescimento econômico como a base da noção de desenvolvimento de uma nação, sendo que esse crescimento

advinha de um aumento da produtividade do trabalho, gerando uma acumulação de capital e uma situação de equilíbrio.

Ainda nesse sentido, Madureira (2015) afirma que crescimento e desenvolvimento econômico foram considerados sinônimos até a II Guerra Mundial, quadro esse que só mudaria com a reconstrução dos países atingidos pela guerra e com a política do Welfare State, onde o desenvolvimento econômico passou a ser associado à melhoria na qualidade de vida da população, diferindo do crescimento econômico, que tratava do aumento da renda.

Ao Analisar os entendimentos de Corrêa (2009) e Madureira (2015), percebe-se que não havia no pensamento clássico uma diferenciação entre o crescimento econômico e desenvolvimento, ou seja, não eram considerados outros agentes nas análises além do econômico, porém, o desenvolvimento é afetado por outros fatores e dentre eles está o território, que terá ênfase na análise desse artigo, sendo importante o estudo desse fator para a compreender o que leva uma região ao desenvolvimento.

Nesse sentido, Friedmann e Alonso (1964) afirmam que sem considerar o território uma análise econômica é incompleta. Além disso, os autores ressaltam a importância de se conhecer a região antes de se pensar em algum projeto. Essa é a relevância da caracterização da região de fronteira que abrange o estado do Amapá e a Guiana Francesa, sendo fundamental para a compreensão das ideias acerca do desenvolvimento regional.

Souza (2009) afirma que realmente não há atividade econômica em todas as regiões do território brasileiro e isso, se deve, em grande parte, a concentração econômica em determinadas regiões do Brasil e pelas discontinuidades espaciais, que são fatores que fazem com que as desigualdades regionais sejam inevitáveis.

O mesmo autor ainda explica que uma região é capaz de formar uma identidade: ela é capaz de atrair unidades econômicas e de concentrar essas unidades ao seu redor, além de apresentar características semelhantes. Além disso, uma região é capaz de interagir com outras regiões e até mesmo com o exterior.

Esse conceito a respeito de região mostra que é importante valorizar a sua própria identidade. Além disso, enxergar nessa identidade uma complementação para outras atividades desenvolvidas fora da região, ou seja, atividades desenvolvidas fora da dinâmica regional ali encontrada.

Souza (2009) conclui sua ideia sobre região apontando que, dentro de dois extremos, o conceito é flexível: de um lado na região que a ideia de organização espacial é mais forte do que a

própria sua concepção básica; do outro lado a região se define em um problema específico que pode ser tratado dentro de um momento.

Dentro da ideia conceitual ligada à noção de espaço, Souza (2009) explica que a principal diferença para o conceito de região está na contiguidade espacial. Ou seja, uma região é constituída dentro de um território contínuo e é delimitada por fronteira. O espaço econômico é descontínuo. Essa característica é bem favorável.

Sendo assim, o espaço ultrapassa fronteiras geopolíticas e até mesmo administrativas. Para entender melhor, basta pensar em um centro urbano-industrial, onde a influência econômica deste centro chega a atingir outras regiões ou países. O espaço econômico de São Paulo, por exemplo, atinge outras regiões do Brasil e é capaz de chegar a outros países também.

Com o intuito de organizar esse conceito, o espaço pode ser visto através de três noções: i) geográfico, onde apenas as condições de solo, condições de clima e acessibilidade humana são levadas em consideração; ii) matemático, onde apenas as relações econômicas e técnicas são levadas em consideração; iii) e o econômico, onde além da relação técnica-econômica ser levada em consideração, a área geográfica, analisando, inclusive, o comportamento da oferta e da demanda, tem peso importante dentro da noção econômica de espaço. (MADUREIRA, 2015)

Corroborando com a amplitude do conceito de desenvolvimento, ao analisar o território, Pedrada (2021) afirma que:

O território tem um papel fundamental na construção do desenvolvimento, dado que ele vai servir como aglutinador, digo, como ponto de convergência dessa visão do “novo desenvolvimento”, elemento este que traz consigo o bem-estar humano como fator principal (Pedrada, 2021. p. 46).

Para Reyes (2001) o conceito de desenvolvimento contemporâneo abrange três condições: i) Social, onde se deve ter acesso à educação, moradia, serviços de saúde, entre outros; ii) Econômico, que diz respeito à boa distribuição de riqueza para a população, gerando oportunidades de emprego e renda; iii) Político, melhor dizendo, a legitimidade legal de prover a população de serviços básicos.

Como observado, o conceito de desenvolvimento não se limita às questões econômicas, como acreditavam os clássicos, deve-se, também, levar em consideração elementos como o conhecimento das especificidades de cada região, o território, bem-estar humano, o que torna possível compreender como as relações socioeconômicas acontecem e levam ao desenvolvimento de uma região.

No que tange às interações encontradas entre Amapá e Guiana, essas questões relativas à fronteira, no Brasil, estão intimamente ligadas às questões de soberania, pois, cabe ao Estado a defesa dessas regiões contra a expansão de seu vizinho estrangeiro, a fronteira amapaense é

exemplo disso. Indo além da problemática da segurança nacional, a fronteira adquire outras funções, que emergem com maior ênfase após o gerenciamento dos antigos Territórios Federais (TF).

A origem dos territórios federais se dá pela busca estratégica de melhor administrar Unidades da Federação que possuíam uma grande extensão territorial. Tratando da origem dos TF, Porto et al (2012) afirmam que:

A origem espacial dos Territórios no Brasil está no desmembramento de Unidades Federativas existentes (com exceção do Acre, que foi por anexação), que apresentavam grandes extensões, inclusas no contexto do discurso de "vazio demográfico" e em áreas fronteiriças que correspondiam àquelas que outrora foram conflituosas ou de posicionamento estratégico (Porto, 2012. p. 2).

Para Porto (2010), a gestão do Governo Federal (GF), visando a soberania, criou estruturas políticas, econômicas, sociais e administrativas internamente, ampliando as conexões na cena internacional, assim, reorganizando o espaço e redefinindo a percepção sobre o território. Corroborando sobre a importância da gestão do GF nos TF, Porto et al. (2012) afirmam que as efetivações deixadas nesses espaços, visando sua autonomia, estimulou o crescimento e o desenvolvimento dessas novas entidades federativas.

Porto et al. (2012) se referem à essas novas entidades como “Estados em embrião” e, afirmam que “os investimentos foram estimulados e orientados para a reestruturação da fronteira setentrional. A região limdeira deixa de ser isolada, para ser articulada e conectada a novas redes sociais e econômicas.” Após apresentar como foi a evolução dos TF e a sua importância na articulação e evolução das relações da região. Em relação à questão da fronteira entre Brasil e França, Sena e Porto (2013) afirmam que há registros de litígio desde o século XVIII, sendo a questão resolvida, através da diplomacia, quase duzentos anos após o início do conflito.

Sobre a demarcação definitiva da fronteira, Sena e Porto (2013) afirmam ainda que foi fundamental, pois, a partir daí a região transfronteiriça passou a receber incentivos (criação do Território Federal do Amapá em 1943), o que passou a gerar uma maior interação entre o Amapá e a Guiana Francesa. Antes das profundas transformações advindas da criação do TF do Amapá, quase não havia uma articulação espacial entre Amapá e Guiana Francesa.

Essa articulação emergente é especialmente sentida na região de fronteira entre os dos Estados. A cidade Oiapoque e Saint George possuem uma intensa relação entre si. Para Beaudouin et al. (2011), Oiapoque ocupa uma posição voltada para a defesa fronteiriça, além de estratégica, por sua ligação com Platô das Guianas. Para Pedrada (2021), sem políticas voltadas para o desenvolvimento da cidade, ela se tornaria uma cidade isolada.

Neste sentido, Beaudouin et al. (2011) consideram ainda como fator determinante do isolamento do estado do Amapá o fato de estar cercado por uma barreira natural amazônica (Bacia e Floresta), impedindo assim uma possível interligação rodoviária com o restante do país. No caso do isolamento da Guiana Francesa, Tostes e Ferreira (2016), inferem o fato dela se tratar de uma Região Ultraperiférica, termo que os autores explicam referenciar territórios europeus atrasados estruturalmente e que sofrem também na questão do desenvolvimento econômico e social, além disso, ainda pesa o fato de estar afastada da França.

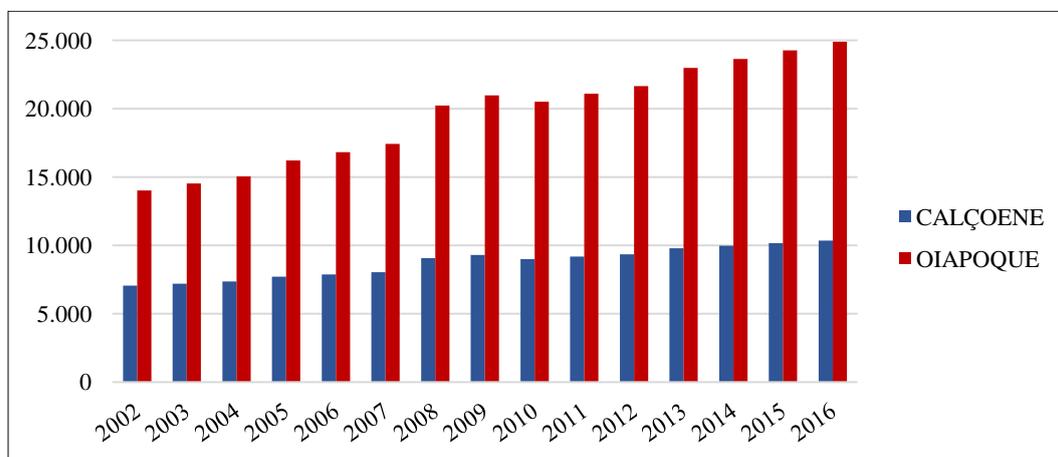
Ao citar a questão do isolamento territorial de Oiapoque e Saint George, Beaudouin et al. (2011), consideram fatores como o afastamento do poder central de seus respectivos países e a localização, além de serem regiões fronteiriças ou regiões periféricas. Silva (2010), cita a intensa circulação da moeda europeia (EURO) na cidade de Oiapoque como uma das indicações de um processo de internacionalização do pequeno mercado local, além disso, os nomes dos empreendimentos locais fazem referência ao seu vizinho estrangeiro, o que gera uma identificação e facilita os negócios.

Para Pedrada (2021), Oiapoque possui potencial econômico que é diretamente influenciado por sua condição fronteiriça, sendo o setor hoteleiro um importante vetor desse potencial. Corroborando com Pedrada (2021), Silva (2010) afirma que a região fronteiriça do Amapá se tornou uma área de intenso fluxo de pessoas que se dirigem tanto à cidade amapaense quanto à francesa. Pedrada (2021), ainda nesse sentido, cita o contingente de turistas que vêm da Guiana Francesa para o Amapá e movimentam ainda mais esse setor.

Silva (2010) apresenta como principais atividades que movimentam os negócios na região de fronteira o ouro, originário dos garimpos e as transações comerciais com os franceses. Devido ao isolamento das cidades periféricas e à circulação de ouro e euro, os produtos comercializados nessa região possuem custo elevado, sendo alguns produtos, inclusive, taxados em euro. Como apresentado, as questões de fronteira do Brasil estão ligadas ao surgimento e extinção dos territórios federais, tendo em vista que as relações com o exterior, dessas regiões, se tornaram possíveis pelos avanços alcançados durante a gestão federal desses territórios, onde houve fomento ao desenvolvimento local.

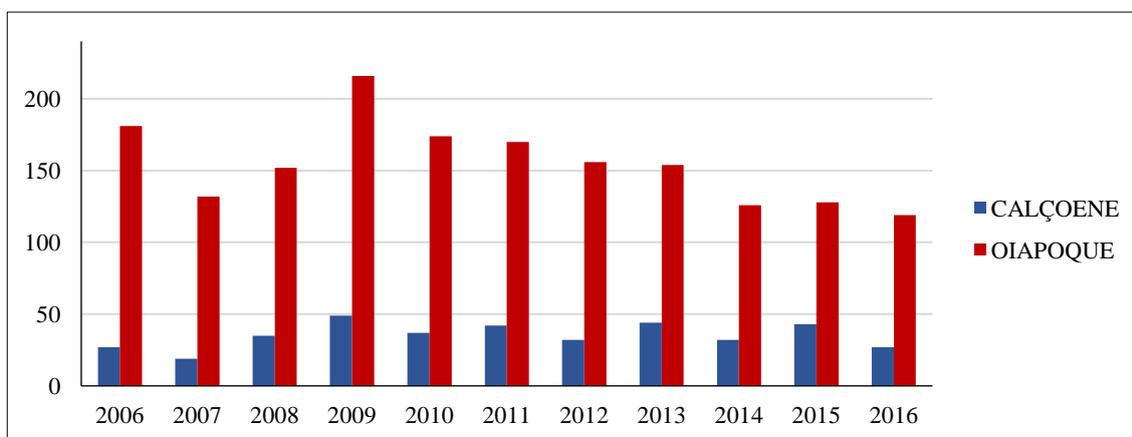
Quando se analisa os investimentos na própria BR 156, nota-se, por exemplo, que o fato da não conclusão da BR não interfere no crescimento dessas cidades. A exemplo disso, estão as cidades de Calçoene e Oiapoque, que crescem e se desenvolvem pouco aos longos dos anos, como exemplificado nos gráficos 1 e 2.

Os últimos números das cidades, no período de 2002 a 2016, tempo que o estado do Amapá detinha da gestão da construção da rodovia, apresentam um crescimento em alguns socioeconômicos da cidade. Por exemplo, mesmo com a não conclusão das obras da BR, a variação na quantidade de habitantes nessas cidades cresceu, como apresenta o Gráfico 1.



**Gráfico 1 – Variação da quantidade de habitantes em Calçoene e Oiaoque**  
 Fonte: Elaborado pelos autores, DATASUS (2020).

Outro dado importante que também mereceu atenção em nossa pesquisa, diz respeito ao trabalho e população ocupada. Para isso, foram analisados dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que analisaram as cidades de Calçoene e Oiaoque de 2006 a 2016, período esse que o Cadastro Nacional de Empresas (CEMPRE) começou a disponibilizar esses dados. Os dados do Gráfico 2 apresentam um cenário variante no que diz respeito ao quantitativo de empresas criadas nessas localidades.



**Gráfico 2 – Variação das quantidades de empresas em Calçoene e Oiaoque**  
 Fonte: Elaborado pelos autores, IBGE (2020).

Logo, como se pode observar, houve uma variação no quantitativo de empresas. Em Oiapoque, essa variação chegou a passar de duzentas empresas instaladas na cidade no ano de 2009. Em Calçoene, a quantidade se manteve abaixo de cinquenta empresas criadas no período.

As interações entre as regiões periféricas de fronteira do Amapá e Guiana Francesa, se dão de forma única, levando em consideração as especificidades encontradas em cada um dos territórios. Como semelhança, Beaudouin et al. (2011) consideram o fato de os territórios estarem situados na América do Sul e fazerem parte do Platô das Guianas.

Por fim, Silva (2010) afirma que para as autoridades do Amapá, uma ligação rodoviária, com a Guiana Francesa (via Ponte Binacional), seria uma alternativa para tirar o estado do isolamento. A integração com o Departamento Ultramarino Francês é vista como oportunidade de ampliação do intercâmbio de mercadorias com o mercado europeu. Mas, analisando as dimensões políticas encontradas nos dados das suas regiões, percebe-se que essa interação rodoviária ainda precisa de ajustes principalmente por parte do Brasil, onde, os acordos firmados para pactuar as relações sólidas não foram cumpridos por completos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar a análise sobre a integração entre o estado do Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa (França), levando em consideração as dinâmicas encontradas na construção do planejamento do desenvolvimento desses lugares, percebeu-se que a construção da BR 156 ainda possui, para o Brasil, pouca influência na interação desses dois lugares. Se fosse o contrário, o país brasileiro já teria concluído as obras de pavimentação da rodovia que está há mais de quatro décadas em construção. Além disso, as políticas voltadas para o planejamento urbano das cidades localizadas na mesorregião do Amapá estariam em concordância com os avanços das obras (o que não se percebe também).

Levando em consideração a análise dos dados das cidades de Oiapoque e Calçoene, percebe-se que a interação com a fronteira é um, se não o maior, gerador de motivações econômicas para elas.

Essas informações são importantes para mostrar que a hipótese levantada nessa pesquisa em parte pode ser considerada verdadeira, ou seja, a BR 156 possui, finalizada ou não, influência no crescimento das cidades localizadas na mesorregião do Amapá.

Por outro lado, a BR 156 ainda é pouco valorizada pelo Estado brasileiro, o que não deveria acontecer, pois, a construção de uma grande infraestrutura modal é uma poderosa ferramenta de indução de capital voltado para o desenvolvimento de qualquer região fragilizada por estar em

zona periférica. Inclusive, sobre isso, no estado do Amapá, a própria fronteira ainda é um agente atrativo para a população que se desloca do centro do estado em busca de novas oportunidades.

## REFERÊNCIAS

Abrantes, J. (2010). *(Des)Envolvimento Local em Regiões Periféricas do Capitalismo: limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá (1966 a 2006)*. (Doutorado em Núcleo de Altos Estudos Amazônicos). Universidade Federal do Pará.

Acker, A. (2014). O maior incêndio do planeta: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. *Revista Brasileira de História*. 34 (68), p. 13-33.

Amapá, Governo do Estado do Amapá. *Franceses e brasileiros abrem oficialmente a ponte Binacional do Rio Oiapoque*. Disponível em: [https://www.amapa.gov.br/ler\\_noticia.php?slug=1803/franceses-e-brasileiros-abrem-oficialmente-a-ponte-binacional-do-rio-oiapoque](https://www.amapa.gov.br/ler_noticia.php?slug=1803/franceses-e-brasileiros-abrem-oficialmente-a-ponte-binacional-do-rio-oiapoque)

Amapá. Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. *Em comemoração aos 78 anos de criação do Território do Amapá, a Assembleia Legislativa realiza sessão solene nesta manhã de 13 de setembro*. Disponível em: [http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir\\_noticia&idnoticia=20350](http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir_noticia&idnoticia=20350).

Amapá, Governo do Estado do Amapá – GEA. (2019). *Contas regionais – PIB do Amapá*. (Rel. Téc.) Macapá: SEPLAN/ COPESEF/ Núcleo de Estatística.

Assunção, L. O. & Chaves, M. E. O. (2015, 9 a 12 jun). As áreas protegidas do Estado do Amapá: estratégia de conservação e preservação ou injustiça ambiental. In *I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS*, Londrina – PR.

Beaudouin, M.; Rieublanc, E. & Boyer, S. (2011). *Guiana Francesa – Amapá: Melhor estruturar os territórios para intensificar os intercâmbios*. Cayenne: PRIM.

Carvalho, A. C. A. de et al. (2010). *Economia dos produtos florestais não-madeireiros no estado do Amapá: sustentabilidade e desenvolvimento endógeno*. (Doutorado em Núcleo de Altos Estudos Amazônicos). Universidade Federal do Pará.

Corrêa, J. C. S et al. (2009, dezembro). Sobre o Conceito de Desenvolvimento Regional: Notas para Debate. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Edição Especial (7), p. 3-15

Duarte, G. R. (2016). Guiana Francesa: uma análise geohistórica. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, 28.

Fauré, Y. A. (2011). *Guiana Francesa: riqueza e fragilidade numa economia periférica*. Rio de Janeiro, E-papers.

Friedman, J. & Alonso, W. (1964). *Desenvolvimento Regional e planejamento: uma leitura*. Cambridge, MIT Press.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010) *Censo Demográfico*. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 19 nov. 2022.
- INSEE – Institut National de la Statistique et des Études Économique. *Guyane* Disponível em: <http://www.insee.fr/fr/regions/guyane/>. Acesso em 20 de nov. 2022.
- Madureira, E. M. P. (2015, jul-dez). Desenvolvimento Regional: Principais Teorias. *Revista Thêma et Scientia*, 5 (2).
- Messina, M. (2016). *Atraso*. In Albuquerque, G. R. & Pacheco, A. S. *Uwakuru: dicionário analítico*. Rio Branco: Nepan.
- Nascimento, D.M. (2010). *Amazônia e Defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém, NAEA/UFPA.
- Pedrada, T. I. e S. (2021). *Análise comparativa dos investimentos feitos na BR 156, entre as cidades de Calçoene e Oiapoque, no período de 2002 a 2016*. (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amapá.
- PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2022). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2021-22: Tempos Incertos, Vidas Incertas: Moldando nosso Futuro em um Mundo em Transformação*. (Rel. Téc.). Nova York. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>.
- Porto, J. L. R. et al. (2012). *A reformatação da fronteira amapaense: das políticas públicas aos planos diretores ambientais*. Embrapa Amapá.
- Porto, J. L. R. (2010). *A condição periférico-estratégica da Amazônia Setentrional: a inserção do Amapá no Platô das Guianas. Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: Novas construções, novas territorialidades*. (1ª ed). Rio de Janeiro: Publit.
- Reyes, G. E. (2001, jul-dez). Four main theories of development: modernization, dependency, wordsystem and globalization. *Nômadias. Revista Crítica de Ciências Sociais y Jurídicas*, 4.
- Souza, N. J. (2009). *Desenvolvimento Regional*. São Paulo, Atlas.
- Sena dos Santos, P. G. & Rebelo Porto, J. L. (2013). Novos Usos Da Fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas De Construção E Ensaio De Cooperação. *REVISTA GEONORTE*, 4 (12), p. 1152–1168.
- Silva, J. M. da. (2010). A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá - Guiana Francesa. *História Revista*, Goiânia, 10 (2). Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/9167>
- Tostes, J. A & Ferreira, J. F. C. (2016). O corredor transfronteiriço entre o Amapá (BR) e a Guiana Francesa (FR). *Natal: Revista de Geopolítica*, 7 (1).
- Tostes, J. A & Ferreira, J. F. C. (2017). Avaliação da Sustentabilidade na Amazônia: a mesorregião Norte do Amapá. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 13 (1).

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 25/05/2023

Received on May 25th, 2023

Aprovado em: 28/06/2023

Accepted on June 28th, 2023

Publicado em: 30/06/2023

Published on June 30th, 2023

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

**Avaliação do artigo:** Artigo avaliado por pares.

**Article Peer Review:** Double review.

**Agência de Fomento:** Não tem.

**Funding:** No funding.

#### Como citar este artigo / How to cite this article

##### APA

da Silva, J. C. L., Gama, V. R. G., & e Silva Pedrada, T. I. (2023, jan/jun). O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO AMAPÁ E SUAS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS COM A GUIANA FRANCESA ATRAVÉS DA BR 156. *Rev. Mult. Amapá - REMAP*, 3(1), p. 94-110.

##### ABNT

SILVA, J. C. L. da; GAMA, V. R. G.; PEDRADA, T. I. e S. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO AMAPÁ E SUAS RELAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS COM A GUIANA FRANCESA ATRAVÉS DA BR 156. *Rev. Mult. Amapá - REMAP*, v. 3, n. 1, p. 94-110, jan/jun 2023.



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.